

Crise dificulta equiparação de salários

Municípios querem rever critério de reajuste do piso do professor, e aporte extra da União é possibilidade remota

Professora da rede pública de São Paulo faz jornada diária de 13 horas para poder complementar a renda

DE SÃO PAULO

Equiparar o salário do professor ao de outras categorias ficou mais complicado com o freio na economia e as medidas de ajuste fiscal, avaliam gestores e especialistas.

“Não dá para ser otimista”, afirma o professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná) Thiago Alves.

Segundo ele, para a equiparação ocorrer, seria necessário um aporte equivalente a 95% do Fundeb, fundo de financiamento da educação que conta com recursos da União, Estados e municípios.

Diante da proposta de emenda constitucional que institui um teto de gastos ao governo federal, a possibilidade de isso acontecer é remota, afirma.

Naercio Menezes Filho, do Insper, diz que, mesmo com a proposta, é possível aumentar salários se a economia sair da crise e as receitas com impostos aumentarem. “Mas está difícil sair da crise.”

No aperto financeiro, municípios ampliaram a pressão para que seja modificado — para baixo — o critério de reajuste do piso salarial dos professores. Desde 2010, o aumento tem como base a variação do custo por aluno do Fundeb, o que resultou, neste ano, em alta de 11,36%.

Hoje, as prefeituras estão sem dinheiro para pagar outras despesas básicas da educação, como transporte, merenda e até telefone e água,

afirma Alessio Lima, presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Os sindicatos, por sua vez, prometem continuar a pressionar por aumentos. “Um país que não valoriza os professores não valoriza a qualidade de ensino”, diz Claudio Fonseca, presidente do Sinpeem, que representa professores do município de SP. Ele defende piso de R\$ 5.400.

JORNADA

Em busca de uma renda melhor, parte dos professores faz jornadas de trabalho duplas ou até triplas.

Professora da rede municipal, Alba Araújo, 40, começa às 7h em uma escola municipal de ensino fundamental. Continua às 12h em uma creche e só termina às 20h, após duas horas de atividades de formação remuneradas. Ou seja, 13 horas ao dia. Sobra o final de semana para preparar as aulas da semana.

Se trabalhasse só em uma unidade, Alba ganharia cerca de R\$ 4.000, valor insuficiente para bancar as despesas de sua família, diz. “Quando comecei na profissão, era solteira, dava. Com filha, não.”

Atualmente, a Prefeitura de São Paulo paga um salário inicial de R\$ 3.031 para 40 horas semanais. O Estado, R\$ 2.415. A média, contando gratificações, é de R\$ 4.500. O município não informou o valor médio.

Em 2013, estudo do pesquisador Marcelo Neri, da FGV, feito com base no Censo 2010 mostrou que os professores têm a terceira pior remuneração entre todas as carreiras de ensino superior, perdendo só para profissionais das áreas de filosofia e religião.

MAL PAGOS

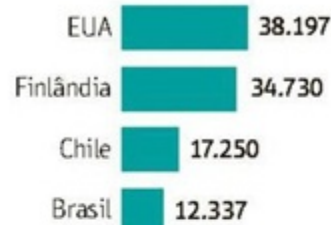
Professores com nível superior ganham, em média, R\$ 1.660 menos do que outros profissionais

Diferença salarial (jornada de 40 h semanais)



Comparação internacional

Salário/ano de professor em início de carreira, em US\$*



PERFIL DO PROFESSOR NO BRASIL

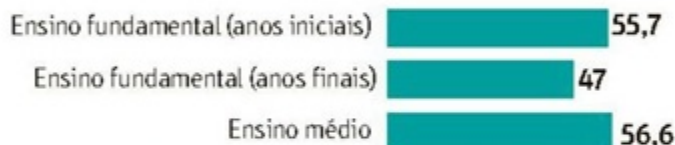
Sexo, em %



Faixa etária, em milhares



Professores com formação adequada à disciplina que lecionam, em %



2,1 milhões é o número de professores no país

*Valor ajustado para permitir comparar o poder de compra Fontes: estudo de Márcia Jacomini, Thiago Alves e Rubens Camargo, OCDE, Inep e IBGE



Alba Araújo, 40, professora da rede municipal de SP que trabalha em duas escolas

“ A aprovação da lei do piso do professor foi uma grande conquista, mas em alguns casos o reajuste inviabiliza a política municipal de educação. Não adianta assegurar um ganho real se depois as prefeituras não conseguirem pagar

ALESSIO LIMA
presidente da Undime